



REQ
00101/2019

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Arolde de Oliveira

REQUERIMENTO N° de 2019 - CDH

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, bem como, do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, visando esclarecer a situação do Memorial da Anistia de Belo Horizonte/MG, que se encontra com as obras paralisadas. O projeto inicial havia sido orçado em cerca de R\$ 5 milhões, a construção do memorial, iniciada em 2009, já consumiu cerca de R\$ 28 milhões sem atingir sua conclusão.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- 1) Excelentíssima Sra. Damares Regina Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
- 2) Sr. João Henrique Nascimento de Freitas, Presidente da Comissão de Anistia;
- 3) Sr. Leopoldo Lacerda, Delegado de Polícia Federal lotado em Belo Horizonte/MG, responsável pela Operação Esperança Equilibrista.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira vem acompanhando as notícias que dão conta da atual situação do Memorial da Anistia na cidade de Belo Horizonte/MG, as quais estão abandonadas e, ainda, o prédio do denominado Coleginho, se encontra em ruínas.

Conforme declarações veiculadas pelos órgãos de imprensa e nas redes sociais, a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves, visitou o local e declarou que as obras não serão continuadas, vide link (<https://veja.abril.com.br/politica/memorial-da-anistia-que-ja-custou-r-28-mi-sera-cancelado-diz-damares/>).



SF/19698.26036-81



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Arolde de Oliveira

Ao que parece, o histórico dessa obra é cercado de polêmicas e já foi alvo de investigações da Controladoria-Geral da União e da Polícia Federal, que deflagrou a conhecida Operação Esperança Equilibrista.

(<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/12/pf-investiga-desvio-de-recursos-publicos-federais-em-mg>).

De acordo com as notícias, ocorreram desvios de recursos públicos na referida obra, sendo de importância fundamental o esclarecimento do assunto pelas autoridades convocadas, tendo em vista o papel fundamental de nossa Comissão na defesa dos interesses relacionados ao tema de direitos humanos.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2019.

SENADOR Arolde de Oliveira
(PSD-RJ)



SF/19698.26036-81